

**XXV CONGRESSO DO CONPEDI -
CURITIBA**

GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO II

CARLOS ANDRÉ BIRNFELD

CECILIA CABALLERO LOIS

Todos os direitos reservados e protegidos.

Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UNICAP

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet – PUC - RS

Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim – UCAM

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Maria dos Remédios Fontes Silva – UFRN

Vice-presidente Norte/Centro - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes – IDP

Secretário Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba – UFSC

Secretário Adjunto - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

Representante Discente – Doutoranda Vivian de Almeida Gregori Torres – USP

Conselho Fiscal:

Prof. Msc. Caio Augusto Souza Lara – ESDH

Prof. Dr. José Querino Tavares Neto – UFG/PUC PR

Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini Sanches – UNINOVE

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva – UFS (suplente)

Prof. Dr. Fernando Antonio de Carvalho Dantas – UFG (suplente)

Secretarias:

Relações Institucionais – Ministro José Barroso Filho – IDP

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho – UPF

Educação Jurídica – Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues – IMED/ABEDI

Eventos – Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta – FUMEC

Prof. Dr. Jose Luiz Quadros de Magalhaes – UFMG

Profa. Dra. Monica Herman Salem Caggiano – USP

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo – UNIMAR

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr – UNICURITIBA

Comunicação – Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro – UNOESC

G326

Gênero, sexualidades e direito II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UNICURITIBA;

Coordenadores: Carlos André Bimfeld, Cecilia Caballero Lois – Florianópolis: CONPEDI, 2016.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-345-0

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: o papel dos atores sociais no Estado Democrático de Direito.

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Brasil – Congressos. 2. Gênero. 3. Sexualidades. I. Congresso Nacional do CONPEDI (25. : 2016 : Curitiba, PR).

CDU: 34



XXV CONGRESSO DO CONPEDI - CURITIBA

GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO II

Apresentação

A ideia de criar um Grupo de Trabalho destinado a debater com exclusividade questões de gênero, sexualidades e direito nasce da vontade política e teórica de professoras e professores preocupados com as persistentes desigualdades acadêmicas de entre homens e mulheres em todos os campos do saber, em especial, no campo do direito. Com efeito, diante da constatação que, em pleno século XXI, não se encontra ainda delimitado um campo de reflexão feminista, consideramos este momento uma enorme conquista para o direito e acreditamos no potencial emancipador que o GT Gênero pode representar para a área como um todo.

O artigo Acesso à justiça para mulheres vítimas de violência: uma análise da cidadania como empoderamento como elemento de promoção da igualdade de Taina Ferreira e Ferreira questiona, no que tange à violência contra mulher, se ainda existem obstáculos na operatividade do sistema judicial que impedem o acesso à justiça pleno e satisfatório por parte das mulheres. Busca a autora, portanto, apontar os avanços sobre o tema na legislação brasileira e ainda, ressaltar as principais dificuldades no tratamento da violência contra mulher no país, assim como destacar qual a importância do movimento feminista na solução dessas dificuldades.

Isadora Vier Machado e Crishna Mirella De Andrade Correa em seu trabalho, Na trilha dos feminismos: Lei Maria da Penha, extensão universitária e a constituição de novos atores sociais no enfrentamento às desigualdades de gênero, relatam uma experiência de extensão universitária que se consolidou com proposta de ofertar um núcleo de assistência jurídica gratuita para mulheres em situação de violências (NUMAP/UEM - Núcleo de Extensão sobre a Lei Maria da Penha). Através desta experiência, as autoras apontam para a importância das universidades como novos atores sociais no enfrentamento da violência de gênero e para o fato de a extensão universitária pode ser capaz de reconfigurar o quadro interventivo estatal e fortalecer o âmbito de tradução dos discursos feministas.

Os direitos da personalidade são um conjunto de bens intrínsecos do indivíduo e que constituem a sua individualidade. Estes direitos são inatos à pessoa, ou seja, são essenciais e basilares para a construção de um mínimo necessário ao exercício da personalidade humana. Este importante problema é o ponto central do trabalho de Tamara Simão Arduini, Violação aos direitos da personalidade da mulher: uma prática do cotidiano. Para a autora, quando se

fala em violação aos direitos da personalidade é imprescindível fazer menção as minorias vulneráveis, como as de gênero, tendo em vista que as mulheres representam uma grande parte das vítimas desse fenômeno.

A influência do patriarcalismo na prática do homicídio qualificado pelo feminicídio de Goreth Campos Rubim e Dorli João Carlos Marques analisa a influência da ideologia patriarcal no homicídio qualificado pelo feminicídio, ressaltando o elevado índice de morte de mulheres no país e, em especial, na cidade de Manaus. Complementarmente, o trabalho discute até que ponto as medidas tomadas pelo Estado tem se revelado eficazes, assim como, busca, ainda, analisar as estratégias e ações constantes das políticas públicas de enfrentamento da violência contra as mulheres adotadas pelos operadores da segurança pública do Estado do Amazonas.

As autoras Carolina Soares Castelliano Lucena De Castro e Gisela Baer de Albuquerque em *Prisão domiciliar e os espaços destinados à mulher - uma reflexão a partir das teorias de Nancy Fraser e Carole Pateman*, examinam a alteração legislativa no artigo 318 do Código de Processo Penal promovida pela Lei 13.257/2016 a partir de algumas teorias feministas. Segundo Carolina e Gisela, a lei trouxe a possibilidade de a prisão preventiva ser substituída por prisão domiciliar para pais de crianças até 12 anos, contudo, a referida lei, traz requisitos substancialmente diferentes para homens e mulheres. Assim, refletindo acerca da diferenciação de tratamento estabelecida por essa alteração legislativa, a partir das ideias construídas pelas teóricas feministas Carole Pateman e Nancy Fraser sobre a noção de espaços públicos e privados, buscam-se pensar sobre o lugar que naturalmente é destinado à mulher em nossa sociedade.

Em *Pornografia de vingança: a violência de gênero sob uma perspectiva social e legal*, Liziane da Silva Rodriguez e Gabriela Ferreira Dutra analisam as especificidades do crime de pornografia de vingança por meio de um estudo da doutrina brasileira e estrangeira. A partir disto, as autoras traçam um paralelo entre o tratamento legislativo dado à este tipo de crime no ordenamento brasileiro e na legislação europeia. Dessa forma, procuram compreender se o tratamento dado a esse crime, no Brasil, encontra-se tutelado de maneira satisfatória ou é preciso atentar um pouco mais para o tratamento que esta situação tem recebido na Europa e outros países cuja legislação encontra-se mais comprometida com as premissas de gênero.

Tatiana Lazzaretti Zempulski e Antonio Marcos Quinupa em seu artigo *A discriminação no trabalho decorrente de gênero tratam das questões relacionadas ao trabalhador que se encontra em situação de discriminação, principalmente em situações decorrentes de gênero. Advertem que a efetividade dos direitos nem sempre vem sendo observada, principalmente*

quando se abordam as questões referentes a este modelo de discriminação nas relações de trabalho. Portanto, após uma breve análise dos direitos fundamentais dos trabalhadores gerais, do direito comparado e no direito pátrio, o artigo introduz no estudo o conceito de gênero e sua abordagem no direito do trabalho e na jurisprudência pátria.

É o poder, aceita porque dói menos: o empoderamento da mulher na contemporaneidade de Juliana Silva Dunder e Eduarda Celino Rodrigues tem como objetivo demonstrar como o movimento feminista auxiliou no processo de empoderamento feminino. O feminismo, tal como demonstram as autoras, serve como um fomentador para que mulheres se reconheçam como sujeitos dignos de direitos e capazes de cumprir com deveres. As autoras concluem que é possível visualizar grandes mudanças com relação aos espaços de atuação das mulheres que devem ter o direito de serem donas de suas vidas e não serem impedidas de ocupar espaços por questões discriminatórias, sexistas, machistas, na esperança de que isso seja apenas uma marca na história e uma utopia no futuro.

Cárta Chagas Gomes em Feminismo e interrupção voluntária da gravidez: uma análise reflexiva sobre a falácia legislativa da permissibilidade do aborto, mostra como a questão do aborto tornou-se um debate recorrente desde os anos 70, que levou parte dos países ocidentais a descriminalizá-lo em suas legislações. O artigo busca, portanto, analisar alguns ordenamentos jurídicos, com vistas a afirmar a ideia de que a permissão da prática do aborto tem bases na consideração que cada país possui sobre a concepção do início da vida. Não obstante, grande parte dos países não criminalize o aborto em suas legislações, existem pontos controversos e posicionamentos conservadores que impossibilitam, efetivamente, sua concretização. O artigo concluiu que o pleito feminista ainda está longe de ser plenamente alcançado, pois a liberdade e a igualdade não podem ser condicionadas, sob pena de não o serem.

Em A discriminação positiva como garantia de igualdade aos homossexuais, Letícia Vasconcelos Barcellos e Phillip Gil França mostram como as uniões homoafetivas são uma realidade social e é dever do Estado contribuir para que sejam consideradas no plano dos direitos, respeitadas e tratadas com a igualdade de garantias das uniões heteroafetivas. Os autores mostram como a orientação sexual não é definida por padrões impostos pela sociedade, essencialmente heteroafetiva, mas pela personalidade de cada pessoa. De acordo com o trabalho em tela, pode ser constatado que, ainda que a proteção do Poder Judiciário aos homossexuais seja constante, as atitudes discriminatórias são inúmeras, especialmente ao se analisar o número expressivo de crimes de ódio que ocorrem no Brasil.

O trabalho A (des)construção do conceito freudiano: a pulsão sexual vista como compreensão da sexualidade humana de Taiane da Cruz Rolim tem por objetivo demonstrar, a partir da psicanálise, que, tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade, as identidades são sempre construídas. Com efeito, isto ocorreria pois é assim que compreendemos os sujeitos: como formas múltiplas de identidades que se transformam e que podem ser fixas ou permanentes e que podem, até mesmo, ser contraditórias. Assim, o artigo pretende mostrar a existência de um processo de identificação, desidentificação e rearticulação, de construção de um novo discurso do eu, dos outros e do desejo.

O objetivo das autoras Dayse Gracielle Soares de Araújo de Figueiredo e Izabela Alexandre Marri Amado, em seu trabalho Transexualidade e o direito de aposentadoria no regime geral de previdência social, é demonstrar a necessidade do Estado se organizar, modernizar e planejar para conceder o direito das pessoas transexuais de se aposentarem na idade correspondente ao gênero que se identificam, levando em consideração a legislação previdenciária vigente para homens e mulheres. Para dar vazão a esta importante temática, o trabalho realiza uma pesquisa exploratória sobre a questão da aposentadoria dos indivíduos transexuais, com intuito de formar um arcabouço teórico, uma vez que se trata de assunto novo e são poucos os materiais disponíveis para consulta. Por fim, o trabalho procura ressaltar a importância da intervenção do Estado para solidificar os direitos sociais deste grupo e minimizar possíveis consequências ao erário por falta de planejamento previdenciário.

Em Da sexualidade humana: do direito ao reconhecimento da identidade de gênero, Sarah Tavares Lopes da Silva busca analisar e debater o tema da sexualidade da pessoa humana, com ênfase no direito à identidade de gênero. No trabalho, é abordada a sexualidade da pessoa humana no contexto internacional, enquanto componente dos Direitos Humanos. Logo após, o trabalho apresenta o anteprojeto Estatuto da Diversidade Sexual, elaborado no Brasil (pela Comissão Especial da Diversidade Sexual do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil) para discutir, no intuito de inibir, a discriminação e marginalização das pessoas que não se enquadram no padrão heterossexual (dentre elas: transexuais, travestis, transgêneros e intersexuais).

O autor Paulo Adroir Magalhães Martins discute, em Gênero, sexo, sexualidade e condutas sexuais: uma análise médico-legal da identidade sexual ante o direito de autodeterminação, as “novas” identidades calcadas em características que compõem a identidade pessoal dos indivíduos e que não são reconhecidas social e politicamente. Dentre as manifestações de sexualidades, o autor aponta as transgeneridades como objeto de grande polêmica nos diversos espaços de discussão, tanto no meio acadêmico como nas outras esferas de

convivência da sociedade. O trabalho mostra que, se por um lado, houve certa aceitação de várias identidades sexuais, mesmo que tacitamente, por outro lado há, ainda, uma grande discriminação para com as pessoas trans, demonstrada pelas constantes campanhas de diversos segmentos sociais e órgãos do poder público, voltadas para o fim dessa intolerância.

A transexualidade é um assunto que já vem sendo tratado há muito tempo pelos tribunais, e, com o biodireito, este problema vem à tona pelas circunstâncias e evolução da sociedade. Este é o ponto de partida do trabalho de Paulo Joviniano Alvares dos Prazeres, denominado (Re)conhecimentos de identidades trans: vulneração e violências. Para o autor, a discriminação edificada na opção de orientação sexual ou identidade gênero remete a toda e qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência com base na orientação sexual ou identidade de gênero que vise trazer prejuízos a igualdade ante o ordenamento. No estudo aqui apresentado, portanto, o centro da discussão é a diferença entre o sexo biológico e o psicossocial, a dicotomia em relação ao direito de adequação social de uma minoria diferente daquela que se padroniza como normal e a perspectiva ante os direitos humanos da personalidade e garantias fundamentais.

Ligia Maria Ladeira Tavares e Cecilia Caballero Lois trazem para o debate o chamado feminismo radical. Em Anotações sobre a teoria feminista do direito de Catharine MacKinnon, as autoras objetivam introduzir as ideias gerais da teoria do direito da professora da Universidade de Michigan, desenvolvida, tal como já citado, sob as premissas do feminismo radical. MacKinnon concebe a subordinação das mulheres não como decorrência das desigualdades jurídica e política, mas sim, como decorrentes de uma política sexual implementada pela ideologia patriarcal, inclusive no âmbito do Estado. O direito, sob a perspectiva feminista, não é neutro, mas masculino em sua criação, interpretação e aplicação, como reflexo do sistema de dominação sexual. O reconhecimento da ausência de neutralidade do direito constitui ponto chave para a construção de uma teoria apta a permitir o alcance da cidadania pelas mulheres.

O artigo que encerra este volume denomina-se O princípio da isonomia real e o fundamento da dignidade da pessoa humana através de ações afirmativas de raça de Marina Barbosa Vicente e Roberta de Miranda Castellani. Neste trabalho, as autoras analisam a implementação das ações afirmativas no Brasil, como uma política estatal capaz (ou não) de efetivar o princípio da isonomia e o fundamento da dignidade da pessoa humana. Tomando como um de seus argumentos o fato de que essas ações seriam uma alternativa para reduzir a desigualdade de inserção dessas minorias na sociedade, inicia conceituando-a, retrocedendo

às suas origens, diferenciando, políticas públicas de ações afirmativas, demonstrando seus objetivos, a problemática constitucional para, por fim, concluir qual é o papel do Estado no que concerne à essas políticas e suas garantias.

Por fim, como a leitora e o leitor poderão constatar, é possível afirmar que os trabalhos aqui reunidos, cada um a sua maneira, tem por característica fundamental a determinação de repensar o direito em bases feministas, inclusivas e democráticas. Esperamos que a leitura seja proveitosa e, especialmente, transformadora.

Prof. Dr. Carlos André Birnfeld - FURG

Profa. Dra. Cecilia Caballero Lois - UFRJ

**(DES) CONSTRUÇÃO DO CONCEITO FREUDIANO: A PULSÃO SEXUAL VISTA
COMO COMPREENSÃO DA SEXUALIDADE HUMANA**

**(DES) CONSTRUCCIÓN DE LO CONCEPTO FREUDIANO: LA PULSIÓN
SEXUAL VISTA COMO COMPRENSIÓN DE LA SEXUALIDAD HUMANA**

Taiane da Cruz Rolim

Resumo

O presente artigo explana a elucidação de pulsão projetada por Freud, em particular, o de pulsão sexual. Demonstrando como o pensamento psicanalítico na sexualidade humana vem encontrando-se teoricamente fundamentado na construção da sociedade. Assim, cabe esclarecer o motivo fundamental que conduz todo o encadeamento de demonstrações psíquicas, através de uma investigação mais complexa dos escritos de Freud e da literatura psicanalítica. Visando-se demonstrar que tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade as identidades são sempre construídas, pois é assim que compreendemos os sujeitos como formas múltiplas de identidades.

Palavras-chave: Pulsão sexual, Sexualidade humana, Psicanálise

Abstract/Resumen/Résumé

En este artículo se explica la elucidación de pulsión diseñada por Freud, en particular, el pulsión sexual. Demostrando cómo el pensamiento psicoanalítico en la sexualidad humana viene encontrándose basado en la construcción de la sociedad. Así, cabe aclarar lo motivo fundamental que conduce todo lo encadenamiento de manifestaciones psíquicas, a través de una investigación más compleja de los escritos de Freud y la literatura psicoanalítica. Con el objetivo de demostrar que tanto la dinámica de género como la dinámica sexualidad las identidades se construyen siempre, pues esta es la forma en que entendemos los sujetos como múltiples formas de identidades.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Pulsión sexual, Sexualidad humana, Psicoanálisis

INTRODUÇÃO

A emergência da realidade vivenciada por seres humanos que destoam do binarismo “homem-mulher”, será a preocupação central deste trabalho. Desde o início da expansão teórica-clínica de Freud, através de seu conceito de pulsão-sexual alcançado gradativamente no campo psicanalítico, consolidou-se em uma única ideia de sexualidade expressada através da biologia.

Se, em um primeiro momento, a histeria coopera para a formação da definição do inconsciente e para a explicação da sexualidade como gênese das neuroses. Logo, caberá esclarecer o motivo fundamental que conduz todo o encadeamento de demonstrações psíquicas, através de uma investigação mais complexa dos escritos de Freud e da literatura psicanalítica.

Nesse sentido, reflete-se que no âmbito pulsional a sexualidade existiria, ou estaria algo da diretriz pulsional que esquivaria a esse campo? Sexualidade e pulsão seriam ou não definições intrínsecas na psicanálise?

Após análise dos conceitos psicanalíticos, tipificações, comportamentos e impulsos sexuais dispostos em teorias, serão apresentados argumentos sobre o comportamento do ser humano. Assim, visa-se demonstrar que tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade as identidades são sempre construídas, pois é assim que compreendemos os sujeitos como formas múltiplas de identidades, plurais; identidades que se transformam que são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias.

Portanto, pretende-se mostrar um processo de identificação, desidentificação e rearticulação, de construção de um novo discurso do eu, dos outros e do desejo. Explanando que há uma existência de pré condições genéticas e cerebrais nos seres humanos, ou seja, uma identidade sexual que não poderá ser determinada pela sua genética.

1. PSICANÁLISE

O entendimento do suporte da personalidade deve-se principalmente às investigações psicanalíticas, que “não se limitaram aos conteúdos conscientes da mente, mas pretenderam estabelecer que o modo de atuar do homem também é condicionado por fatores inconscientes” (TALLAFERRO, 2004, p.01), pois não há como abordá-lo sem nele implicar-se subjetivamente.

No que diz respeito à psicanálise, Freud interveio várias vezes, mas jamais de maneira sistemática, para especificar o lugar da psicanálise no campo do saber e das ciências (KAUFMANN, 1996, p.433). Assim sendo, o autor também se situou em manter suas “representações teóricas fluidas, apoiadas na experiência, que é sua única fonte; por isso nunca admitiu a construção de um sistema teórico fixo” (TALLAFERRO, 2004, p.02).

Portanto, para Freud a psicanálise não é um sistema fechado de representações, como o pode ser o sistema filosófico, e sim, essencialmente, um método com destinação prática, o tratamento analítico (KAUFMANN, 1996, p.433). Desse ponto de vista, ela é construída segundo o modelo das ciências, sempre abertas e nunca terminadas ou termináveis. Nesse sentido:

O surgimento da doutrina freudiana deve-se a uma necessidade intrínseca das tendências contemporâneas; a nossa época, superando a psicologia e a psiquiatria clássicas, rotineiras e mecanicistas, concentradas unicamente em pormenores, reclamava um conhecimento mais profundo e mais sintético da vida anímica do homem” (TALLAFERRO, 2004, p.02).

Atualmente, fora dessa questão um pouco técnica, o grande perigo para a psicanálise é o de ser confundida com uma técnica psicoterapêutica (LAPLANCHE, 2003, p.111), pois para Freud a psicanálise é merecedora de atenção absoluta. Assim, ele mesmo, percebe a perspectiva do que é, realmente, a essência do seu sistema. Nesse sentido:

Não é de se estranhar o caráter subjetivo desta contribuição que me proponho trazer à história do movimento psicanalítico, nem deve causar surpresa o papel que nela desempenho, pois a psicanálise é criação minha; durante dez anos fui a única pessoa que se interessou por ela, e todo o desagrado que o novo fenômeno despertou em meus contemporâneos desabafou sobre a minha cabeça em forma de críticas. Embora de muito tempo para cá eu tenha deixado de ser o único psicanalista existente, acho justo continuar afirmando que ainda hoje ninguém pode saber melhor do que eu o que é a psicanálise, em que ela difere de outras formas de investigação da vida mental, o que deve precisamente ser denominado de psicanálise e o que seria melhor chamar de outro nome qualquer (FREUD, 1914/1916, v. 14, p.05).

Entretanto, em 1909 Freud declara em uma conferência que não havia sido ele quem criara a psicanálise. O mérito cabia a Joseph Breuer, cuja obra tinha sido realizada em uma época em que Freud era apenas um aluno preocupado em passar nos exames. Apesar disso, Freud relata que “seja como for, não tem grande importância que a história da psicanálise seja considerada como tendo início com o método catártico ou com a modificação que nele introduzi” (FREUD, 1914/1946, v.14, p. 05).

Freud utilizou-se do modo catártico de Breuer para descobrir eventos que teriam causado sintomas entre o incidente provocador e o fenômeno patológico, por meio, da hipnose. Nesse sentido, Freud considerou extremamente interessante as observações feitas por

Breuer e começou a “pesquisar entre seus próprios pacientes para ver se apresentavam as mesmas situações e se a sintomatologia se modificava pelo mesmo método, trabalho a que se dedicou durante quatro anos” (TALLAFERRO, 2004, p.32).

Portanto, na esfera do psiquismo, Freud manifestava a existência de duas zonas, uma consciente e outra inconsciente. Com isso, tal teoria chamada de revolucionária para a medicina da época (TALLAFERRO, 2004, p.32), introduzia dois novos fatores “o dinâmico e o econômico”. O que devemos somente frisar o fator dinâmico, pois se trata de um sintoma que provém da repressão de um instinto ou afeto.

[...] se a força instintiva não pode expressar-se diretamente, dá lugar a um sintoma; e, se este não for suficiente para a descarga da energia, necessitará criar outros substitutivos. Isto deve ser levado em conta quando se procede a uma avaliação dos distintos métodos terapêuticos, pois muitas vezes um sintoma pode desaparecer rapidamente sem que isso signifique a cura total; em outro lugar e sem vinculação aparente, talvez surja o sintoma – um ou vários – equivalente ao que desapareceu (TALLAFERRO, 2004, p.33).

Nesse seguimento, o desfecho prático do método catártico foi, no começo, muito bom; mas, a posteriori, começou a aparecer defeitos comuns aos tratamentos que se baseavam na hipnose. Contudo, “o método, entretanto, foi útil em sua época e ainda hoje tem algum valor, especialmente no tratamento de afecções agudas e superficiais” (TALLAFERRO, 2004, p.33), que com o tempo, diversos casos foram provando a importância do sexual, relacionando-se com o afeto. Por conseguinte, Freud relata que:

Parecia discernir por toda parte tendências e motivos análogos aos da vida cotidiana, e encarava a própria divisão psíquica como o efeito de um processo de repulsão que naquela época denominei de “defesa”, e depois de “repressão”. Fiz uma tentativa efêmera de permitir que os dois mecanismos existissem lado a lado separados um do outro, mas como a observação me mostrava sempre uma única e mesma coisa, dentro de pouco tempo minha teoria da “defesa” passou a se opor à teoria “hipnóide” de Breuer (FREUD, 1914/1916, v.14. p. 07).

Entre os outros novos fatores que foram acrescentados ao processo catártico como resultado do trabalho de Freud e que o transformou em psicanálise, menciona-se em particular a teoria da repressão e da resistência, o reconhecimento da sexualidade infantil e a interpretação e exploração de sonhos como fonte de conhecimento do inconsciente (FREUD, 1914/1946, v.14, p. 10).

1.1. BREVES DESCOBERTAS DE FREUD

Na psicanálise a concessão de uma evolução contínua de forças na vida psíquica, decorre de um conceito dinâmico do psiquismo, e, inevitavelmente, da teoria psicanalítica. É preciso compreender seu núcleo, sua essência e, como era diferenciado da soma total de todas as suas teorias e hipóteses (FROMM, 1992, p.28). Nesse sentido:

Embora Freud fosse um homem de ciência formado na melhor tradição, suas descobertas o fizeram ter consciência da precariedade da razão humana. Sua descoberta do inconsciente como um sistema em que as experiências emocionais humanas são armazenadas, condicionando a vida do sujeito, sua personalidade, suas relações interpessoais e suas neuroses, abriu caminhos infindáveis e teve sérias consequências [...] Freud, para o furor de seus críticos, estabelece que o indivíduo na verdade é movido por motivações inconscientes, o que era quase inconcebível naquele momento (LEVY, 2007, p.14-15).

A primeira concepção com que a psicanálise se defrontou, foi a de “explicar as neuroses; utilizando a resistência e a transferência como pontos de partida e, levando em consideração a amnésia” (FREUD, 1914/1916, v.14, p. 32), assim, Freud explicou os três fatos com as teorias da repressão, das forças sexuais motivadoras da neurose e do inconsciente.

O que aconteceu, aparentemente, com o correr dos anos, foi à modificação do método catártico. Uma vez que, tal mudança fundamentava-se no uso da livre associação, que descobriu o inconsciente enquanto a consciência continuava atuando, ou seja, a teoria psicanalítica deverá, portanto ser formulada, de tal modo, que torne compreensíveis os aspectos obscuros, com o propósito de tornar consciente o que era até então inconsciente.

Para Fromm dentre as principais descobertas de Freud, referencia-se a de que “o homem é amplamente determinado pelos impulsos”, essencialmente irracionais, que conflitam com sua razão, padrões morais e padrões sociais. Nesse sentido, a maioria destes impulsos não é consciente. Ele explica suas “ações como sendo resultado de estímulos racionais (racionalização), enquanto atua, sente e pensa de acordo com as forças inconscientes” (FROMM, 1992, p.31), que motivam seu comportamento.

Portanto, qualquer tentativa de “torna-los consciente e de operá-los” que seja do seu conhecimento, encontra uma defesa energética – a resistência – que pode tomar muitas formas (FROMM, 1992, p.31). Por isso o desenvolvimento do homem, ao lado do seu equipamento constitucional é amplamente determinado pelas circunstâncias que operam na sua infância. Já as motivações inconscientes do homem podem ser reconhecidas pela inferência (interpretação) dos seus sonhos, sintomas e pequenos atos involuntários.

O autor também relata que se os conflitos entre as opiniões conscientes do homem sobre o mundo e sobre si mesmo e as forças de motivação inconscientes transcendem um certo limiar de intensidade, “podem produzir distúrbio mental como neurose, traços de caráter neurótico ou estados gerais de apatia difusa, ansiedade, depressão etc” (FROMM, 1992, p.32). Por isso se as forças inconscientes tornam-se conscientes, esta mudança tem um efeito mais específico: o sintoma tende a desaparecer, ocorre um aumento de energia, a pessoa vive com maior liberdade e alegria.

À melhor compreensão e à ampliação de nossos conhecimentos sobre o ser humano, pois se une a necessidade de assimilação - de elaboração - daqueles aspectos que tendemos rejeitar como fazendo parte de nossa vida íntima, diretamente expostos em suas formulações (CALICH, 2007, p.9). Logo, trata-se como objeto da pesquisa, uma renovação criativa da psicanálise, ou seja, uma teoria crítica e desafiante do humanismo, transfigurando-se em uma revisão dialética da teoria freudiana clássica.

Nesse sentido a psicanálise continuará a descer ao submundo do inconsciente, cada vez mais profundamente, o que poderá ser crítico para todas as classificações sociais que distorcem e deformam o homem, isto é, examinando os fenômenos psicológicos que constituem a patologia da sociedade contemporânea (FROMM, 1992, p.38). Portanto, objetiva-se como papel central o recalçamento sexual no tempo de Freud e, por isso, a teoria psicanalítica, tem que ser reformulada num caminho em que possa entender os aspectos inconscientes destes sintomas e as condições patogênicas da sociedade e da família que os produz.

Vejamos a revisão dialética da teoria freudiana clássica ocorrendo – ou continuando – nas áreas: teoria das pulsões; teoria do inconsciente; da sociedade; teoria da sexualidade; do corpo e da terapia psicanalítica. Áreas essas que deverão ser explanadas em separado, embora se integrem em alguns momentos.

1.1.1 TEORIA DAS PULSÕES

Os estudos sobre a histeria auxiliaram para a constituição da ótica do inconsciente, esta, a mais enigmática de todas as doenças nervosas, também contribuiu para a explicação da sexualidade como gênese das neuroses. Assimilar o que era essa sexualidade transfigurou-se algo impreterível para a psicanálise, especialmente porque as fantasias histéricas ressaltaram a presença de uma sexualidade infantil.

Nesse sentido, relata-se que só há um meio de chegar a conclusões úteis sobre a pulsão sexual nas psiconeuroses (histeria, neurose obsessiva, dita neurastênica), submetendo-as a investigações psicanalíticas, segundo o método praticado por Breuer e Freud, chamado de “tratamento catártico” (KAUFMANN, 1996, p.437).

Assim sendo, o entendimento da sexualidade consolidou-se com a instauração da percepção do conceito de pulsão, na obra freudiana intitulada “Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade” (1905). Por intermédio dos conceitos de disposição perverso-polimorfa, zona erógena, pulsão parcial e libido, a sexualidade caracterizou-se como acesso de admissão para a assimilação de uma vida psíquica.

Freud declarou o fato da existência de necessidades sexuais no homem e no animal (FREUD, 1901/1905, v.7, p.84) expressando-se através da biologia pelo pressuposto de uma “pulsão sexual”. Portanto, em um primeiro momento o autor entende a pulsão sexual como uma semelhança do biológico em espécies animais e na espécie humana, pois para ele o ser humano é pertencente à espécie animal.

Tal semelhança valeu-se como indício ao atributo da pulsão, pois a seguir, Freud constitui a palavra libido para exprimir a vivacidade dessa pulsão dita como sexual. Nessa perspectiva, o conceito de pulsão terá por interesse, aos olhos de Freud, especificar como “pulsão sexual” a energia própria da libido, distinta da pulsão do eu ou de conservação (KAUFMANN, 1996, p.437).

Se, em um segundo momento, Freud relata objeto e alvo sexual, expondo a conduta sexual dos “invertidos”, tende a corresponder a um pensamento reflexivo de que a ciência denominava uma sexualidade dita “normal e anormal”. Tratando-se o conceito de pulsão, nesse caso, para apresentar a vivência de desvios associados ao objeto sexual, demonstrando que tal objeto não era fixo. Portanto, assevera-se que a pulsão não dependeria do objeto para existir.

A teoria popular sobre a pulsão sexual tem seu mais belo equivalente na fábula poética da divisão do ser humano em duas metades - homem e mulher - que aspiram a unir-se de novo no amor. Por isso causa grande surpresa tomar conhecimento de que há homens cujo objeto sexual não é a mulher, mas o homem, e mulheres para quem não o homem, e sim a mulher, representa o objeto sexual. Diz-se dessas pessoas que são “de sexo contrário”, ou melhor, “invertidas”, e chama-se o fato de *inversão*. O número de tais pessoas é bastante considerável, embora haja dificuldades em apurá-lo com precisão (FREUD, 1901/1905, v.7, p.84).

A pulsão sexual não aborda às ações compiladas da sexualidade biológica, mas estabelece o motivo fundamental que conduz todo o encadeamento de demonstrações

psíquico. Com isso, Freud chegou à dedução de que o ego também era objeto de aplicação libidinal e que essa aplicação, quando bem concebida, fornecia como coeficiente construtivo das pulsões sexuais no universo psíquico.

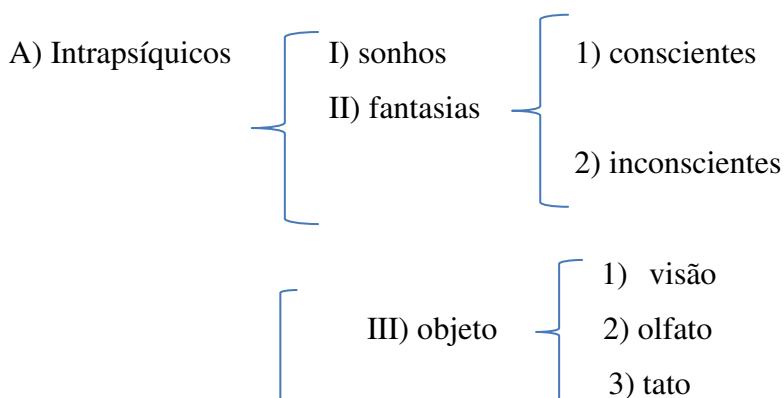
Uma investigação mais complexa dos escritos de Freud, da literatura psicanalítica e da prática psicanalítica ortodoxa mostra que a sexualidade é tratada de uma maneira abstrata ou esquemática. Supõe-se que a criança passa por fases libidinosas; o adulto pode fixar-se em uma (ou regredir a ela), mas há certa falta de interesse em muitas facetas concretas e específicas do comportamento sexual e, especificamente, do genital (FROMM, 1996, p.92).

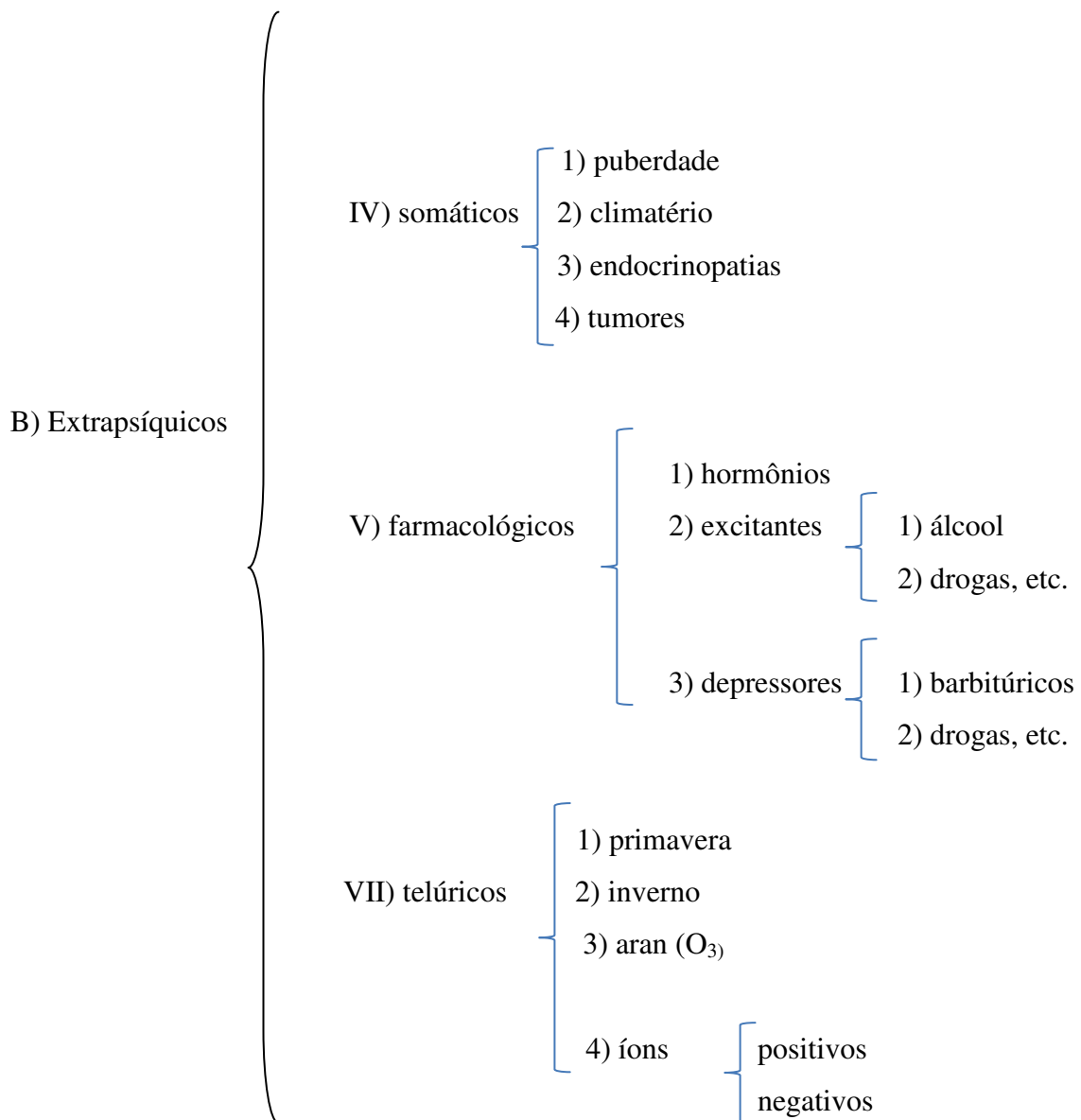
A descoberta central de Freud foi a do inconsciente e a do recalçamento. Ele ligou este conceito central com a sua teoria da libido e admitiu que o inconsciente fosse à base dos desejos do instinto sexual (mais tarde, afirmou que parte do ego e do super-ego eram também inconscientes) (FROMM, 1992, p.54).

A intuição freudiana era que, no subterrâneo do sintoma, uma satisfação secreta e libidinal se realizava (CASTRO, 2013, p.32). Desse modo, Freud teria a intenção de esclarecer que a pulsão sexual abrangeria um caráter natural, isto é, algo que anteciparia a sensação de contentamento e, por isso, existente em animais e no homem.

Nesse sentido, todo o ser humano dispõe de uma determinada quantidade de “força pulsiva sexual” (libido) que poderá aumentar ou diminuir pela ação de diversos fatores suscetíveis de serem classificados como intrapsíquicos e extrapsíquicos (TALLAFERRO, 2004, p.53) (ver o quadro abaixo).

Se Freud analisou o vocábulo “pulsão” para referir-se a sexualidade humana, possiblitemos indagar até que circunstância é provável dissolver as definições de pulsão e sexualidade. As transferências efetuadas em sua teoria não evitaram uma articulação de complexidades na compreensão de definição de pulsão sexual. Assim, no âmbito pulsional a sexualidade existiria, ou estaria algo da diretriz pulsional que esquivaria a esse campo? Sexualidade e pulsão seriam ou não definições intrínsecas na psicanálise?





(Quadro 1 – Fonte: TALLAFERRO, 2004, p.53).

De acordo com o quadro acima, apesar do ser humano dispor de uma pulsão sexual produzida por diversos fatores intrapsíquicos e extrapsíquicos, cabe aqui demonstrar que para seguirmos adiante com o presente trabalho, devemos abordar brevemente somente os fatores intrapsíquicos. Pois, são fatores que dizem respeito à relação subjetiva do ser humano, assim sendo, explanam-se conceitos para entendê-los e logo mais desconstruí-los através da sexualidade humana.

Apesar da formação neurológica de Freud, entende-se que há uma existência de pré condições genéticas e cerebrais nos seres humanos, ou seja, imaginamos que haja pré disposições, com isso entre o ser homem e ser mulher existe uma passagem transgressora. Portanto, uma identidade sexual não poderá ser determinada pela sua genética.

É claramente demonstrável nos grupos sociais em que a sexualidade, sob todas as suas formas, é livremente praticada e experimentada sem o fardo de tradicionais sentimentos de culpa, que a falta do recalçamento dos desejos sexuais não significa que a maior parte do inconsciente tornou-se consciente. Na verdade, esta é uma das mudanças extraordinárias que ocorre na sociedade ocidental hoje (FROMM, 1996, p.55).

Nessa perspectiva, entende-se que não há duas pessoas que desejem da mesma maneira, não há duas pessoas que tenham a mesma fantasia, que veja um objeto único como objetos de desejo, assim, não se deve tratar a sexualidade humana como um caminho de mão única. Portanto, a perspectiva da psicanálise no presente trabalho é demonstrar que não há uma normalidade sexual construída, justamente o que há é essa graça da variedade, graça da diversidade e o desafio de verdade nos humanos quando se encontram amorosamente.

Logo, a pulsão sexual na raça humana apresentar-se-ia elencada a descrição de fantasias desde o autoerotismo na infância até a sexualidade genital adulta, assim remete-se a argumentar que a capacidade de expor e incorporar a sexualidade a um conjunto de elucidações inconscientes é uma particularidade específica da raça humana.

1.1.1 (I) Sonhos

A teoria dos sonhos proposta por Freud em 1900 constitui um caminho de descoberta ao inconsciente, onde o autor apresenta provas de que existe uma técnica psicológica que torna possível interpretar os sonhos, e que, “quando esse procedimento é empregado, todo sonho se revela como uma estrutura psíquica que tem um sentido e pode ser inserida num ponto designável nas atividades mentais da vida de vigília” (FREUD, 1900, v.4, p.13).

A psicanálise estudou as leis que regem os sonhos, descobriu seus mecanismos, descreveu os fatores que intervêm em sua elaboração e encontrou seu sentido psicológico (TALLAFERRO, 204, p.108). Entende-se também que o mesmo termo – sonhar – continua apropriado a essas outras formações: extensão semântica que, por si só, evoca as proximidades correntemente admitidas entre o sonho, o desvaneio, a fantasia, o desejo, a utopia, a ilusão (KAUFMANN, 1996, p.479).

Ao interpretarmos os sonhos, nunca devemos esquecer a importância dos complexos sexuais. Podemos asseverar em relação a muitos sonhos, se forem cuidadosamente interpretados, que eles são bissexuais, visto que, incontestavelmente, admitem uma “superinterpretação” na qual se realizam os impulsos homossexuais do sonhador - impulsos (FREUD, 1900/1901, v.5, p.41), vale dizer, que são contrários a suas atividades sexuais.

Portanto, Freud viabiliza uma listagem de símbolos inconscientes concebidas de objetos que especifica principalmente a sexualidade. Com isso, todo o sonho mostra-se um avanço da orientação feminina para a masculina ou vice e versa, o autor chamou os símbolos de “elementos mudos” do sonho.

Na psicanálise, para que um elemento concreto do conteúdo manifesto seja considerado símbolo, é condição essencial que o simbolizado esteja reprimido. Assim, por exemplo, uma mangueira pode representar simbolicamente o pênis, mas não ocorre o mesmo com o contrário; um pênis não pode representar uma mangueira, dado que a imagem desta não se encontra reprimida (TALLAFERRO, 2004, p.113).

Além dos símbolos que podem, com igual frequência, representarem os órgãos genitais masculinos e femininos, existem alguns que designam um dos sexos predominantemente ou quase exclusivamente, e ainda outros que são conhecidos apenas com um significado masculino ou feminino (FREUD, 1900/1901, v.5, p.15). Nesse sentido, podemos relatar os sonhos como via principal para adentrar ao inconsciente, através de uma via simbólica.

Os sonhos carregam do nosso inconsciente para a consciência vontades reprimidas e “proibidas”, em que intimidamos nossos objetos de desejo. Na realidade, é o conjunto da atividade pulsional que se exprime nos sonhos, através de toda sorte de relações transferenciais que vão desde o mais remoto passado até os diferentes estratos do presente do indivíduo (KAUFMANN, 1996, p.493).

1.1.1 (II) Fantasia

Freud insere como definição de fantasia “fachadas psíquicas”, isto é, “fachadas” implantadas com a finalidade de bloquear o acesso às lembranças da infância. Desta forma, as fantasias aparecem como resultado de algum registro supostamente real, assim sendo, o autor fundado na definição das fantasias, iniciou suas questões de histeria. Nessa perspectiva:

[...] as fantasias são fachadas psíquicas construídas com a finalidade de obstruir o caminho para essas lembranças. As fantasias servem, ao mesmo tempo, à tendência de aprimorar as lembranças, de sublimá-las. São feitas de coisas que são *ouvidas e posteriormente* utilizadas; assim, combinam coisas que foram experimentadas e coisas que foram ouvidas, acontecimentos passados (da história dos pais e dos ancestrais) e coisas que a própria pessoa viu. Relacionam-se com coisas ouvidas, assim como os sonhos se relacionam com coisas vistas. Nos sonhos, realmente, não ouvimos nada, nós vemos (FREUD, 1886/1889, v.1, p.187).

Nas fantasias histéricas, tal como nos sonhos, é suficiente, para fins de identificação, que o sujeito tenha pensamentos sobre relações sexuais, sem que estas tenham necessariamente ocorrido na realidade (FREUD, 1900, v.4, p.109). Nesse caso, quando relata-se a fantasia sexual, vivencia uma invariável possibilidade de ter os pais como tema para o sujeito:

[...] a descoberta comprovada de que, no inconsciente, não há indicações da realidade, de modo que não se consegue distinguir entre a verdade e a ficção que é catexizada com o afeto. (Assim, permaneceria aberta a possibilidade de que a fantasia sexual tivesse invariavelmente os pais como tema.) (FREUD, 1886/1889, v. 1, p. 195).

A fantasia então, pode ser ponderada como experiências que deixaram marcas no inconsciente do sujeito. Contudo, a importante consequência dessa percepção foi que Freud se conscientizou do papel desempenhado pela fantasia nos eventos mentais, o que abriu as portas para a descoberta da sexualidade infantil e do complexo de Édipo (FREUD, 1893/1899, v.3, p.95).

Se [...] os sonhos parecem empenhar-se em fazer representações simbólicas do corpo, sabemos agora que essas representações são o produto de certas fantasias inconscientes (derivadas, provavelmente, de moções sexuais), que encontram expressão não apenas nos sonhos, mas também nas fobias histéricas e outros sintomas. (FREUD, 1900/1996, v. 5, p. 181).

Na ocasião, Freud demonstra notoriamente a atribuição das fantasias e sua ligação com a capacidade sexual, ampliando a percepção ao campo psicopatológico. Argumenta-se também que a fantasia dispõe de aspectos positivos e negativos, que poderão tornar-se capazes de auxiliar a adequação do sujeito para um desvio da atualidade com estabilidade em um hemisfério irreal obstruindo-o de combater os obstáculos consistentes.

A fantasia se constitui a partir de coisas vistas e ouvidas. Além disso, podemos tender a pôr em evidência “fantasias fundamentais” que “...agenciam os elementos de uma lenda em torno de nosso nascimento, da vida sexual de nossos pais, e também do modo como nos advém a sexualidade, a diferença dos sexos e os temores que lhe estão ligados”. Observemos contudo que esta apresentação diz respeito tanto às fantasias inconscientes quanto às conscientes ou pré-conscientes. Mas se, no tocante à fantasia, a dupla inscrição é colocada imediatamente em jogo por Freud, depreender o papel da fantasia na análise nos leva a concentrar o questionamento na fantasia propriamente inconsciente. Passa-se desse modo, por assim dizer, da questão das fantasias para a da fantasia. E o sujeito então implicado, ou mesmo posto em jogo aí, é o do inconsciente (KAUFMANN, 1996, p.196).

Nessa perspectiva, a fantasia é capaz de ser apontada como um apanhado de ideias, sentimentos, memória, estímulos perceptuais e interpretações em que se evidenciam substâncias de afeto.

2. MULTIPLICIDADE E PLURALIDADE: GÊNERO, SEXUALIDADE E IDENTIDADE

A partir de estudos críticos genealógicos, buscam-se categorias de sexualidade, gênero, identidade e corpo que, na verdade, são efeitos de instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos e difusos (BUTLER, 2013, p.09). Há que se frisar que “tamanho é a pluralidade que a psicologia ainda precisa de tempo para tratar com clareza as diversas formas de ser, que envolvem questões biológicas e sociais” (NEGRETTI, 2015, p.17).

Nesse sentido, embora o corpo biológico seja o local da sexualidade, estabelecendo os limites daquilo que é sexualmente possível, a sexualidade é mais do que simplesmente o corpo (WEEKS, 2010, p.38). Portanto, que homens e mulheres são seres complexos, não há dúvida. “Fatores biológicos e sociais os moldam em diversos aspectos, do paladar às tradições, das vestimentas à religião. No campo da sexualidade, não é diferente” (NEGRETTI, 2015, p.17). Porém:

[...] a sexualidade é, na verdade, “uma construção social”, uma invenção histórica, a qual, naturalmente, tem base nas possibilidades do corpo: o sentido e o peso que lhe atribuímos são, entretanto, modelados em situações sociais concretas. Isso tem profundas implicações para nossa compreensão de corpo, do sexo e da sexualidade, implicações que precisaremos explorar (WEEKS, 2010, p.40).

Logo, não devemos limitar-se no nível do “discurso” para dar conta da questão da formação histórica da psiquiatria (MACHADO, 2015, p.08), pois se reafirma que “a sexualidade existe apenas através de suas formas e organizações sociais” (BRITZMAN, 1996, p.80). Assim sendo, torna-se essencial a “multiplicação dos discursos sobre o sexo no próprio campo do exercício do poder” (FOUCAULT, 2014b, p.20). Em vista disso:

O que é, afinal? o “sexo”? É ele natural, anatômico, cromossômico ou hormonal [...] Teria o sexo uma história? Possuiria cada sexo uma história ou histórias diferentes? Haveria uma história de como se estabeleceu a dualidade do sexo, uma genealogia capaz de expor as opções binárias como uma construção variável? Seriam os fatos ostensivamente naturais do sexo produzidos discursivamente por vários discursos científicos a serviço de outros interesses políticos e sociais? Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma (BUTLER, 2013, p.25).

Refletindo sobre o sexo, percebemos que atualmente estamos mais inclinados a falar sobre a importância dos hormônios e genes na moldagem de nosso comportamento, mas a suposição é ainda mais forte quando se fala de sexualidade (WEEKS, 2010, p.40), embora, devemos relatar um rápido crepúsculo se teria seguido à luz meridiana, até as noites monótonas da burguesia vitoriana. “A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala” (FOUCAULT, 2014b, p.07). Com isso:

Pensar o corpo como algo produzido na e pela cultura é, simultaneamente, um desafio e uma necessidade. Um desafio porque rompe, de certa forma, com o olhar naturalista sobre o qual muitas vezes o corpo é observado, explicado, classificado e tratado. Uma necessidade porque ao desnaturalizá-lo revela, sobretudo, que o corpo é histórico (GOELLNER, 2013, p.30).

Portanto, o corpo é uma construção sobre a qual são percebidas demarcações em diferentes tempos, ou seja, as representações culturais criam os corpos. Logo, não são, as “semelhanças biológicas que o definem, mas, fundamentalmente, os significados culturais e sociais que a ele se atribuem” (GOELLNER, 2013, p.31), deste modo, constituem-se uma sequência de discursos, de saberes, de análises. Consequentemente:

[...] explicar o aparecimento de saberes a partir de condições de possibilidade externas aos próprios saberes, ou melhor, que imanentes a eles – pois não se trata de considera-los como efeito ou resultante –, os situam como elementos de um dispositivo de natureza essencialmente estratégica. É essa análise do porquê dos saberes – análise que pretende explicar sua existência e suas transformações situando-os como peça de relações de poder ou incluindo-os em um dispositivo político – que em uma terminologia nietzschiana Foucault chamará genealogia (MACHADO, 2015, p. 11-12).

Tal genealogia é produtora de individualidade através do poder, sendo assim, dinamiza saberes libertos da sujeição que emergem da discursividade. Nesse sentido, o que me parece essencial é a existência, em nossa época, de um discurso no qual o sexo, a revelação da verdade, a inversão da lei do mundo, o anúncio de um novo dia e a promessa de uma certa felicidade estão ligados entre si (FOUCAULT, 2014b, p.12).

A questão mais complexa consiste em como reconceptualizar a distância entre, de um lado, a sexualidade tal como ela é normalizada através da convenção social (e, portanto, recusar os imperativos de uma heteronormatividade que é equacionada com "a" sexualidade, isto é, como se fosse a única e exclusiva sexualidade) e, de outro, os próprios significados contraditórios das identidades gay, lésbicas e bi (BRITZMAN, 1996, p.85)

Na medida em que o conceito afirma o caráter social do feminino e do masculino, obriga aquelas/es que o empregam a levar em consideração as distintas sociedades e os

distintos momentos históricos de que estão trabalhando (LOURO, 2014, p.27). Sendo assim, a relação binária entre cultura e natureza promove uma relação de hierarquia em que a cultura “impõe” significado livremente à natureza, transformando-a, conseqüentemente, num “Outro” a ser apropriado para seu uso ilimitado (BUTLER, 2013, p.66).

No entanto, essa imposição de uma “heteronormatividade” (esse conjunto de instituições tanto linguísticas como médicas ou domésticas que produzem constantemente corpos-homem e corpos-mulher) pode ser caracterizada como uma máquina de produção ontológica que funciona mediante a invocação performativa do sujeito como corpo sexuado (PRECIADO, 2014, p.28). Sobretudo, pode-se afirmar que “vagina- mulher- emoção- maternidade- procriação- heterossexualidade; pênis- homem- racionalidade- paternidade- procriação- heterossexualidade”. São instituições normalizadoras que, políam, vigiam os possíveis deslocamentos. (BENTO, 2006, p.13). Portanto:

A lógica dicotômica carrega essa ideia. Em consequência, essa lógica supõe que a relação masculino-feminino constitui uma oposição entre um polo dominante e outro dominado – e essa seria a única e permanente forma de relação entre os dois elementos. O processo desconstrutivo permite perturbar essa ideia de relação de via única e observar que o poder se exerce em várias direções. O exercício do poder pode, na verdade, fraturar e dividir internamente cada termo da oposição (LOURO, 2014, p.37).

Logo, subentende-se que “os papéis e as práticas sexuais, que naturalmente se atribuem aos gêneros masculino e feminino, são um conjunto arbitrário de regulações inscritas nos corpos que asseguram a exploração material de um sexo sobre o outro” (PRECIADO, 2014, p.25). No entanto, não são, as semelhanças biológicas que o definem, mas, fundamentalmente, os “significados culturais e sociais que a ele se atribuem” (GOELLNER, 2013, p.31), gerando a repressão. Ademais:

Se a repressão foi, desde a época clássica, o modo fundamental de ligação entre poder, saber e sexualidade, só se pode libertar a um preço considerável: seria necessário nada menos que uma transgressão das leis, uma suspensão das interdições, uma irrupção da palavra, uma restituição do prazer ao real, e toda uma nova economia dos mecanismos do poder; pois a menor eclosão de verdade é condicionada politicamente (FOUCAULT, 2014b, p.09).

Além do que, precisamos pensar o sexo, pelo menos a “partir do século XVIII, como uma tecnologia biopolítica. Isto é, como um sistema complexo de estruturas reguladoras que controlam a relação entre os corpos, os instrumentos, as máquinas, os usos e os usuários” (PRECIADO, 2014, p.79), afinal esse discurso sobre a repressão moderna do sexo se sustenta. Sem dúvida porque é fácil de ser dominado (FOUCAULT, 2014b, p.10). Sobretudo:

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual* age a cultura (BUTLER, 2013, p.25).

À vista disso, entende-se que seria no âmbito das relações sociais que se constroem os gêneros. Partindo desta perspectiva, Guacira Louro afirma que o importante aqui é “considerar que – tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade – as identidades são sempre *construídas*, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento” (LOURO, 2014, p.31). Desta forma, também pontua Deborah Britzman:

Nenhuma identidade sexual – mesmo a mais normativa – é automática, autêntica, facilmente assumida; *nenhuma* identidade sexual existe sem negociação ou construção. Não existe, de um lado, uma identidade heterossexual lá fora, pronta, acabada, esperando para ser assumida e, de outro, uma identidade homossexual instável, que deve se virar sozinha. Em vez disso, toda identidade sexual é um constructo instável, mutável e volátil, uma *relação social* contraditória e não finalizada (BRITZMAN, 1996, p.74).

A autora segue dizendo que as identidades devem ser reinventadas e afirmadas, mesmo que seja precariamente construída (BRITZMAN, 1996, p.87), pois é nesse sentido, que compreendemos os sujeitos como formas múltiplas de identidades, plurais; identidades que se transformam que são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias. No entanto:

Suas *identidades sexuais* se constituíram, pois, através das formas como vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo ou sem parceiros/as. Por outro lado, os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos e assim constroem suas *identidades de gênero*. Ora é evidente que essas identidades (sexuais e de gênero) estão profundamente inter-relacionadas; nossa linguagem e nossas práticas muito frequentemente as confundem, tornando difícil pensa-las distintivamente. No entanto, elas não são a mesma coisa. Sujeitos masculinos ou femininos podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais (e, ao mesmo tempo, eles também podem ser negros, brancos, ou índios, ricos ou pobres etc.) (LOURO, 2014, p.30-31).

Consequentemente, falar em corpo é falar, também, de nossa identidade dada a centralidade que este adquiriu na cultura contemporânea (GOELLNER, 2013, p.31). Nesse sentido, quando falamos em corpo não podemos deixar de citar que o próprio corpo é investido pelas relações de poder e que dela derivam-se produções de saberes.

Em suma, trata-se de determinar, em seu funcionamento e em suas razões de ser, o regime de poder-saber-prazer que sustenta, entre nós, o discurso sobre a sexualidade humana. Daí o fato de que o ponto essencial (pelo menos, em primeira instância) não é tanto saber o que dizer ao sexo, sim ou não, se formular-lhe interdições ou permissões, afirmar sua importância ou negar seus efeitos, se policiar ou não as palavras empregadas para designá-lo; mas levar em consideração o fato de se falar de sexo, quem fala, os lugares e os pontos de vista de que se fala, as instituições que incitam a fazê-lo, que armazenam e difundem o que dele se diz, em suma, o “fato discursivo” global, a “colocação do sexo em discurso”. Daí decorre também o fato de que o ponto importante será saber sob que formas, através de que canais, fluindo através de que discursos o poder consegue chegar às mais tênues e mais individuais das condutas (FOUCAULT, 2014b, p.16-17)

Todavia, não podemos deixar de perceber que existem vastas parcelas de discursos a respeito do gênero, pois tais parcelas, de alguma maneira compreendem as questões de sexualidade. De forma marcante, entendemos que Foucault foi capaz de traçar [...] uma “invenção social”, ou seja, por entender que ela se constitui a partir de múltiplos discursos sobre sexo: discursos que regulam, que normalizam, que instauram saberes, que produzem “verdades” (LOURO, 2014, p.30).

Esse processo de identificação, desidentificação e rearticulação, de construção de um novo discurso do eu, dos outros e do desejo ocorre, pois, em contextos problemáticos e hostis (BRITZMAN, 1996, p.83). Desta forma, entende-se que entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções o investiu (FOUCAULT, 2014a, p.30).

O poder não apenas nega, impede, coíbe, mas também “faz”, produz, incita. Chamando a atenção para as minúcias, para os detalhes, para táticas ou técnicas aparentemente banais, ele nos faz observar que o poder produz sujeitos, fabrica corpos dóceis, induz comportamentos (LOURO, 2014, p.44). Nessa lógica, compreende-se que o indivíduo, durante muito tempo, foi autenticado pela referência dos outros e pela manifestação de seu vínculo com outrem (família, lealdade, proteção) (FOUCAULT, 2014b, p.66). Portanto, seria dentro desta corrente discursiva que:

O corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. (FOUCAULT, 1999, p.29)

Isto posto, demonstra-se que é no interior das redes de poder, pelas trocas e jogos que constituem o ser exercício, são instituídas e nomeadas as diferenças e desigualdades (LOURO, 2014, p.47).

CONCLUSÃO

A partir do trabalho de pesquisa teórico realizado e sua articulação com a obra freudiana, apresentou-se como objetivo problematizar o conceito de pulsão humana que nos remete não somente a sexualidade, mas a vida psíquica como um todo. Assim, trata-se o conceito de pulsão como além de transformação da excitação na esfera psíquica, mas derivada do âmbito sexual como pertencente fundamental.

Não cabe aqui produzir minuciosamente a trajetória da psiquiatria, mas sim, auxiliar seus conceitos frente à sexualidade humana. Demonstrando que existem vastas parcelas de discursos, a respeito do gênero e que de alguma maneira compreendem as questões plurais de sexualidade.

Portanto, frisa-se que não são as semelhanças biológicas que definem as pessoas, logo não devemos limitar-se no nível de um discurso único para dar conta da formação histórica da psiquiatria. Por isto, o que me parece essencial é a existência, em nossa época, de um discurso no qual o sexo, a revelação da verdade, a inversão da lei do mundo, o anúncio de um novo dia e a promessa de certa felicidade estão ligados entre si.

De qualquer forma o que fica de mais importante é que os conceitos abordados no texto precisam ser averiguados dentro do enquadramento social no qual se apresenta as sexualidades múltiplas. Assim sendo, entende-se que pulsão e sexualidade são fundamentos pertencentes, uma vez que se a pulsão é o que corrobora a convicção humana e a sua capacidade interposta na sexualidade, portanto como entender a pulsão sem entender a sexualidade?

REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BRITZMAN, Deborah. **O que é essa coisa chamada amor - Identidade homossexual, educação e currículo**. Educação e Realidade. Vol. 21 (1), jan./jul. 1996.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad: Renato Aguiar. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CASTRO, Júlio Eduardo de. **Psicanálise: ética, discurso e ensino**. 1.ed. Curitiba: Appris, 2013.

CALICH, José Carlos. **Psicanálise e cultura**. Org: Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre. São Paulo: Casa do psicólogo, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Trad: Laura Almeida Sampaio. 24.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014a.

_____. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. Trad: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 1.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014b.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad: Raquel Ramallete. 20.ed. Petrópolis, Vozes, 1999.

FREUD, Sigmund. **Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos**. ESB Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v.1. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Primeiras Publicações Psicanalíticas**. ESB Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v.3. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **A interpretação dos sonhos**. ESB Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v.4. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **A interpretação dos sonhos – Parte 2**. ESB Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v.5. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Um caso de histeria. Três Ensaio sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos**. ESB Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v.7. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **A história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos**. ESB Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v.14. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FROMM, Erich. **A descoberta do inconsciente social: contribuição ao redirecionamento da psicanálise**. Trad: Lúcia Helena Siqueira Barbosa. São Paulo: Manole, 1992.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In: Guacira Lopes Louro; Jane Felipe; Silvana Vilodre Goellner (org). **Corpo, sexo e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

KAUFMANN, Pierre. **Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan**. Trad: Vera Ribeiro; Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. Verbetes: Fantasia, p.195-200.; Psicanalista, p.429-434.; Pulsão, p.436-441.; Sonho, p.479-493.

LAPLANCHE, JEAN. **Sobre psicanálise & psicanalistas: 1º livro de entrevistas da Revista de Psicanálise da SPPA**. Org: José Carlos Calich; Gerson Isac Berlim. São Paulo: Casa do psicólogo, 2003.

LEVY, Ruggero. **Psicanálise e cultura**. Org: Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre. São Paulo: Casa do psicólogo, 2007

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 16.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Trad: Tomaz Tadeu da Silva. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

MACHADO, Roberto. **Por uma Genealogia do Poder**. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2015, p.7-34.

NEGRETTI, Natália. **Muito além de homem e mulher**. Revista O cérebro e a Sexualidade. ano 1, nº1, 2015. p. 16-21.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual**. Trad: de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo, 2014.

TALLAFERRO, Alberto. **Curso básico de psicanálise**. Trad: Álvaro Cabral. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Org: Guacira Lopes Louro. Trad: Tomaz Tadeu da Silva. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p.35-84.